

## **Minas no combate à crise**

Deputado Alberto Pinto Coelho

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Instalada no Brasil, a crise financeira global, com suas implicações econômicas e sociais, já vem afetando Minas Gerais e a vida de muitos de seus cidadãos. Seus efeitos já se sentem na retração do emprego, nas restrições ao consumo e no desempenho de vários segmentos empresariais. Números referentes aos primeiros meses de 2009 revelam forte diminuição no faturamento da indústria e no recolhimento do ICMS, principal fonte de arrecadação do Estado.

A divulgação, pelo IBGE, dos dados da economia brasileira referentes ao último trimestre de 2008 aumentou as preocupações com a duração e a intensidade dos efeitos da crise sobre nós. A queda de 3,6% do PIB, em relação ao trimestre anterior, foi bem maior do que indicavam as previsões.

As primeiras estatísticas nacionais referentes a 2009 também apontam redução generalizada da atividade produtiva. No âmbito mundial, as notícias são igualmente inquietantes. Segundo o Banco Mundial, a economia planetária não escapará da recessão este ano, o que não ocorria desde a Segunda Grande Guerra.

Os resultados negativos, no contexto brasileiro, são atribuídos principalmente à queda da produção industrial, dos investimentos e do consumo das famílias, aliada a um componente que pode ser visto como causa e consequência do mau desempenho da economia: a quebra de confiança na própria economia.

Analistas já reveem para baixo as projeções para 2009, alguns não têm dúvida de que já estamos em ambiente recessivo, e o governo toma providências – como a redução de 1,5 ponto percentual na taxa Selic e as medidas de estímulo ao setor habitacional – para evitar a chamada recessão técnica, caracterizada pelo encolhimento do PIB em dois trimestres consecutivos.

O que fazer para reverter os fatos e as previsões pessimistas? O que todos nós – agentes políticos, empresários, trabalhadores, jornalistas, operadores do mercado, consumidores, enfim, representantes de todos os segmentos da sociedade – podemos fazer além de torcer para que o governo acerte em suas intervenções e esperar pelo arrefecimento da turbulência global?

No contexto mineiro, particularmente, o que podemos fazer para que os efeitos da crise financeira – desencadeada nos Estados Unidos em meados de 2008 e expandida rapidamente pelo mundo afora – sejam minimizados ou até revertidos no âmbito das empresas, das instituições públicas, no dia-a-dia de cada um de nós?

A Assembleia Legislativa de Minas pretende dar sua contribuição, neste momento, por meio de várias iniciativas. Criou a Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional, destinada a estimular

discussões sobre o assunto e a coletar diagnósticos e propostas, junto à sociedade e aos demais poderes públicos.

Outra iniciativa, vinculada ao papel da referida Comissão, é a realização do ciclo de debates "Minas Combate à Crise", nos dias 14 e 15 de abril. Promovido e organizado em parceria com os Diários Associados/Jornal Estado de Minas, a Federação das Indústrias e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do BDMG, o ciclo de debates objetiva, a partir de uma ampla análise dos acontecimentos, levantar subsídios e sugestões para o enfrentamento da crise em Minas Gerais.

Contaremos, para isso, com a participação de autoridades estaduais, nacionais e internacionais, representantes da Câmara dos Deputados e do Senado, dirigentes de órgãos públicos, de entidades empresariais de variados setores e de outros segmentos da sociedade.

É hora de Minas – por meio do debate, da união de esforços, da adoção de programas e políticas públicas – responder a mais este desafio, visando garantir o bom desempenho de sua economia, o ritmo de seu crescimento e a qualidade de vida de seu povo.

O Parlamento Mineiro, como cenário dos interesses coletivos, cumpre sua missão indeclinável de promover, junto à sociedade e aos demais poderes públicos, a reflexão e a articulação de ações voltadas para o desenvolvimento do Estado, notadamente nos momentos que exigem cooperação e lucidez para a superação das dificuldades.